



Dezembro | 2005 • Jornal do

Sintrajuf

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Pernambuco

Filiado à CUT e à Fenajufe

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

PCS: mobilização retoma tramitação

Foto: Fenajufe



Contato Servidores falam com o relator Eduardo Alves (PMDB-RN)



sintrajufpe.org.br

internet » Notícias sobre a votação

No último mês do ano, a mobilização é grande em Brasília para aprovar o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário Federal. Conforme definido na reunião ampliada de 4 de dezembro, representantes de sindicatos e da Fenajufe se concentraram na capital federal para pressionar os parlamentares a fim de agilizar a apreciação do PCS. A presidente do Sintrajuf, Kátia Saraiva, fez parte dessa comissão, assim como a coordenadora da Fenajufe Jacqueline Albuquerque.

A comissão conversou

com todos os parlamentares da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Segundo o relator do projeto de lei e presidente da CTASP, deputado Henrique Eduardo Alves, o projeto de revisão do PCS estava na pauta do dia 14 de dezembro, antes do fechamento do **Jornal do Sintrajuf**. Por isso, dirigentes de diversos sindicatos voltaram a Brasília para seguir cobrando o voto dos deputados da comissão. **Confira as últimas notícias atualizadas no site do Sintrajuf e leia mais sobre o assunto nas páginas centrais desta edição.**



Aposentados têm garantia de pagamento da parcela opção

Vitória para os aposentados: o Tribunal de Contas da União acolheu parcialmente os embargos de declaração feitos pela Fenajufe e sindicatos filiados, garantindo a continuidade do pagamento da vantagem denominada "opção" aos servidores que se aposentaram até 25 de outubro de 2001. O julgamento aconteceu em 30 de novembro.

A batalha para conquistar a vantagem vinha desde a publicação da decisão

844/2001, que cortava a parcela de opção. Em seguida, houve pedido de reexame da Fenajufe, que foi parcialmente provido e gerou o acórdão 589/2005, julgado improcedente pelo TCU. A federação interpôs embargos de declaração, julgados com pronunciamento favorável no último dia 30.

O sindicato, a fim de resguardar o direito dos aposentados, já se preparava para ingressar com ação judicial caso o TCU não revisse sua

decisão anterior e assistiu de forma emergencial aposentados, que foram notificados sobre a perda da opção, impedindo desconto imediato. Mais uma vez, ressaltamos o papel fundamental das entidades sindicais que, com a pressão política, conseguiram modificar o parecer do TCU.

Vale lembrar que a assessoria jurídica da Fenajufe distribuiu memoriais para os ministros, reafirmando a

necessidade da reforma da decisão proferida, e acompanhou o julgamento. Segundo o advogado José Luis Wagner, do escritório Wagner Advogados Associados, a União, suas autarquias e fundações terão que pagar os atrasados aos servidores que tiveram suas remunerações diminuídas nesse período. As incorporações de opção em atos de aposentadorias publicadas antes da decisão 844/2001 estão resguardadas.



Comissão de servidores se reúne com presidente da Justiça do Trabalho

De acordo com decisão da assembléia dos servidores da Justiça do Trabalho no último dia 29, uma comissão formada pelos diretores Kátia Saraiva e Benedito Moura e pela servidora Celina Galvão se reuniu no dia 2 com a presidente do Tribunal Regional do Trabalho, desembargadora Maria de Lourdes Cabral, para tratar de assuntos de interesse da categoria, como o Plano de Cargos e Salários.

A presidente informou que, conforme solicitado pelos servidores, o TRT 6ª Região enviou ofício ao Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho do

Brasil (Coleprecor) pedindo apoio à aprovação do PCS no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No entanto, como a reunião do Coleprecor coincidiu com a aprovação do projeto no CNJ, o assunto não chegou a ser apreciado.

A presidente reconheceu a legitimidade do movimento grevista e disse estar esperando a verba suplementar, solicitada pelo tribunal, para efetuar o pagamento dos 11,98%, já que não há sobra orçamentária suficiente. Em relação aos quintos, a desembargadora informou que enviou cópia da decisão judicial ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) solicitando verba para a incorporação.



Coquetel e exposição no lançamento do calendário

O Sintrajuf convida seus filiados para o coquetel de lançamento do seu calendário de 2006, com exposição das fotografias selecionadas e música ao vivo. Será no dia 15 de dezembro, às 19h, na sede do sindicato (Rua do Pombal, 52, Santo Amaro). Venha confraternizar com seus colegas e prestigiar os talentos da nossa categoria!



Receita	R\$	%
Contribuições associados	71.242,54	100,0000
Total	71.242,54	100,0000
Despesas		
Ordenados	14.180,65	19,9048
Contribuição INSS	4.871,02	6,8372
Contribuição FGTS	1.205,35	1,6919
Serviços prestados (PF)	3.637,82	5,1062
Serviços prestados (PJ)	3.892,00	5,4630
Água, luz e telefone	1.972,91	2,7693
Custas processuais	158,66	0,2227
Materiais de expediente e consumo	5.416,26	7,6026
Despesas postais	1.017,55	1,4283
Jornais, revistas e livros	76,00	0,1067
Condução	158,40	0,2223
Contribuição estatutária (CUT)	6.762,00	9,4915
Contribuição estatutária (Diap)	118,20	0,1659
Contribuição estatutária (Fenajufé)	4.202,14	5,8984
Refeições	89,89	0,1262
Assessoria jurídica	3.600,00	5,0532
Fotocópias	676,30	0,9493
Encontros	6.956,68	9,7648
Doação	150,00	0,2105
Combustível	90,00	0,1263
Despesas com frete	75,93	0,1066
Indenização mandato classista	4.397,92	6,1732
Despesas tributárias	849,07	1,1918
Despesas financeiras	116,43	0,1634
Vale transporte	833,60	1,1701
Plano de saúde empregados	1.818,85	2,5530
Vale alimentação empregados	2.672,83	3,7517
Total das despesas	69.996,46	98,2509
Resultado operacional	1.246,08	1,7491
Total	71.242,54	100,0000
Resumo		
Despesas c/ pessoal	19.505,93	27,3796
Despesas c/ encargos	6.925,44	9,7209
Despesas c/ administração	15.070,92	21,1544
Despesas c/ movimento	28.494,17	39,9960
Saldo credor	1.246,08	1,7491
Total de receita	71.242,54	100,0000



sintrajufpe.org.br
internet » Mais balancetes de 2005



Publicação mensal do Sintrajuf (distribuição gratuita) | Jornalista responsável: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Diagramação: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Redação: Rua do Pombal, 52, Santo Amaro, Recife-PE, 50100-170 | Fone: (81) 3421.2608 | Fax: (81) 3221.3488 | Site: www.sintrajufpe.org.br | E-mail: sind@sintrajufpe.org.br | Tiragem: 2800 exemplares | Impressão: MXM Gráfica | Diretoria: Kátia Albuquerque (presidente), Isaac Oliveira (vice-presidente), Argissa Pereira (secretária geral), Alexandre Pereira (1º secretário), Antônio Feitosa (1º tesoureiro), Ricardo Almeida (2º tesoureiro), Carlos Fernandes (diretor jurídico), Lúcio Vanderlei (diretor de sindicalização), Benedito Moura (diretor de relações sindicais), Antônio Queiroz (1º suplente), Ricardo Sales (2º suplente), Paulo Fernando (3º suplente) e Guido Oliveira (4º suplente)



Brasil

Marcha pelo salário mínimo reúne 15 mil em Brasília

Fotos: Agência CUT

Novembro terminou com a II Marcha das Centrais Sindicais em Defesa do Aumento do Salário Mínimo e da Redução da Jornada de Trabalho, em Brasília, no dia 29. O evento, organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais, reuniu 15 mil pessoas na capital federal para pedir aumento do mínimo para R\$ 400 em 2006, reajuste de 13% na tabela do Imposto de Renda, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, em vez das 44 horas atuais, e política de valorização dos servidores públicos.

No dia 6, foi instalada uma comissão mista no Congresso Nacional, com representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para elaborar uma nova política para a recuperação do salário mínimo. “Divergimos dessa política econômica de altos juros e elevado superávit primário e defendemos que seja dada total prioridade ao aumento do salário mínimo, o mais forte instrumento de redistribuição de renda e de justiça social”, afirmou o presidente da CUT, João Antonio Felício.

Defesa do funcionalismo – Além de frisar a pauta dos servidores públicos na atividade em Brasília, a CUT divulgou uma nota oficial em defesa do funcionalismo. A motivação da nota foi a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que indicou que 79%

dos brasileiros acreditam que o serviço público está gravemente contaminado pela corrupção. O problema desse resultado é condenar, injustamente, a totalidade do serviço público devido à corrupção específica de alguns setores.

“A corrupção é um mal que historicamente assola o nosso país, exacerbado pelos governos que desmontaram o serviço público. Porém, é um erro associar genericamente o conjunto do funcionalismo à corrupção. As falcaturas, as negociatas, os acordos espúrios, as incontáveis fraudes que sangram os recursos públicos, são praticadas por quem tem poder para tal, ou seja, por aqueles que ocupam cargos de direção na máquina estatal”, diz a nota da CUT.

“A grande maioria dos funcionários públicos são



trabalhadores honestos e abnegados, que lutam contra grandes dificuldades para prestar um serviço da melhor qualidade possível. São trabalhadores em geral mal remunerados, enfrentando muitas vezes o descaso do

poder público. Como podem ser corruptos os professores em sala de aula, os enfermeiros e médicos nos hospitais e tantos outros trabalhadores que atendem nossa população?”, completa o documento da central.



Estágio probatório não deve impedir servidor de aderir a paralisações

Por causa do movimento grevista ocorrido em novembro, aproveitamos para tirar uma dúvida dos servidores. Uma questão das mais frequentes é se o trabalhador em fase de estágio probatório pode aderir ao movimento de paralisação. Ao contrário do que muitos pensam, eles têm os mesmos direitos de qualquer servidor.

“Embora estes não estejam efetivados no serviço

público e no cargo que ocupam, têm assegurado todos os direitos previstos aos demais servidores. Portanto, também devem exercer seu direito constitucional de greve”, explica a cartilha elaborada pelo escritório Wagner Advogados Associados, que presta assessoria jurídica à Fenajufe.

Segundo a cartilha, o concursado está sendo avaliado em sua aptidão para o serviço público. “Tal avaliação é medida

por critérios lógicos e precisos. A participação em movimento grevista não configura falta de habilitação para a função pública, não podendo o estagiário ser penalizado pelo exercício de um direito seu”, diz o texto.

Um caso exemplar ocorreu em 1995, quando houve tentativa de exoneração de servidores em estágio probatório na Justiça Estadual

do Rio Grande do Sul. Tais tentativas foram anuladas pelo próprio Tribunal de Justiça/RS, por considerar haver “licitude da adesão do servidor civil, mesmo em estágio probatório”

(MS 595128281). No Judiciário Federal, não há qualquer registro de retaliação a servidor em estágio probatório em razão do exercício do seu direito de greve.

PEC 02/2003: servidores repudiam posição da deputada Luciana Genro



Luciana Postura equivocada

A última reunião ampliada da Fenajufe aprovou moção de repúdio ao pronunciamento da deputada federal Luciana Genro (P-Sol/RS), que no início de dezembro se colocou a favor da aprovação da proposta de emenda constitucional 02/2003, que

efetiva servidores requisitados. Os sindicatos de servidores do Judiciário Federal se mantêm firmes na luta contra a PEC. Confira a íntegra da moção:

“ T o m a m o s conhecimento do pronunciamento da Deputada Federal Luciana Genro – P-Sol/RS na defesa da PEC 02/03, na sessão 319.3.52.0, de 01/12/2005, da Câmara dos Deputados. Sem entrarmos no mérito da garra e dinamismo dos servidores requisitados pela Justiça Eleitoral, em grande parte de prefeituras, defendemos, assim como todo o movimento sindical organizado, o concurso público para a ocupação de cargo no Estado, para eliminarmos apadrinhamentos políticos, fator de desmoralização no serviço público.

Alertamos a deputada que a PEC 02/03 em nada tem a ver com ‘soluções’ para servidores e a justiça, mas sim um grande trem da alegria no serviço público das três esferas e que destrói uma das maiores conquistas da Constituição Federal de 1988 que é o acesso a cargo público por meio de concurso público. Sendo assim, a Reunião Ampliada de Fenajufe, de 04/12/2005 repudia a posição da Deputada Luciana Genro, chamando seu voto contra a PEC 02/03”.

Apoio – Por outro lado, o Sintrajuf recebeu apoio da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe) contra a PEC 02/2003, por meio do ofício 221/2005 da presidência da entidade. A diretoria da Amupe deliberou posicionar-

se contrária proposta, citando a importância de concurso público específico para os cargos. A Amupe enviou o ofício 220/2005 para o autor da proposta, Gonzaga Patriota, discorrendo sobre a posição da entidade.

Além da Amepe, também se pronunciaram contrários à PEC a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). Não há previsão de votação da PEC este ano, apesar da pressão exercida pelo segmento dos beneficiados pela proposta sobre o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, que afirmou que não vai incluir o projeto no regime de urgência.

MATÉRIA DE CAPA

Luta do servidor tem que continuar

A última reunião ampliada, na qual Pernambuco foi representado pela servidora Roseane Marcelino (TRE) e por Kátia Saraiva, avaliou que a greve nacional realizada entre 24 e 29 de novembro, que culminou com a aprovação do parecer técnico do PCS no Conselho Nacional de Justiça, onde estava “emperrado” desde 19 de outubro, foi positiva. A meta é conquistar o PCS sem parcelamento, pois o parecer indica a possibilidade de pagamento em até três anos (com parcelas anuais).

No CNJ, os conselheiros aprovaram por unanimidade o parecer do relator Oscar Argollo, que afirmou, em sua exposição, considerar essencial implementar um projeto de valorização da carreira dos servidores judiciários e, conseqüentemente, da própria prestação jurisdicional. O relator defendeu ainda que o projeto de lei 5845/2005 atende aos requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A sessão contou com a presença de representantes da

Fenajufe e o coordenador geral Roberto Policarpo realizou defesa oral do PCS.

Paralisação – A mobilização dos servidores na greve foi forte, com boa adesão em vários estados, como Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Distrito Federal, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Em Pernambuco, o dia da votação foi de muitas atividades para os trabalhadores pernambucanos da categoria. Houve vigília nas Justiças Trabalhista e Federal e paralisação de duas horas na Justiça Eleitoral.

Na Justiça do Trabalho, a greve foi forte no Recife (1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª e 20ª varas, Informática, Protocolo, Distribuição, Telefonia e Precatório, além da 3ª VT, 9ª VT e 13ª VT e diversos outros setores do tribunal com adesão parcial) e no interior (2ª e 3ª varas de Jaboatão dos Guararapes, 2ª VT Cabo, Barreiros, Floresta, Igarassu, Ipojuca, Petrolina e Salgueiro, além da 1ª VT Olinda e da 1ª e 2ª VT Paulista). Valeu, servidor! Vamos seguir na mobilização!



Engajamento De cima para baixo, Roseane e Kátia na reunião ampliada, servidores do TRT em assembléia e trabalhadores com os deputados Marco Maia (PT-RS) e Dra. Clair (PT-PR)





CPMI da Terra: vergonha nacional

Originalmente instalada para dar um rumo às questões agrárias no Brasil, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra aprovou, no último dia 29, um relatório que desferiu um forte golpe contra a reforma agrária. O documento elaborado pela bancada ruralista transforma a luta pela terra em crime, tornando a ocupação de propriedades um ato terrorista e um crime hediondo.

“Não concordamos na utilização da CPMI da Terra como palco de luta ideológica e de tentativa de criminalização política ao Movimento”, afirmou o MST em seu site oficial. O relator oficial da comissão, deputado federal João Alfredo (P-Sol/CE), havia preparado um relatório contendo um diagnóstico da questão agrária no país e colocando a reforma agrária como um caminho para combater a violência.

“O voto do deputado Abelardo Lupion (PFL/PR), conhecido parlamentar vinculado a UDR e que responde a inquérito no

Supremo Tribunal Federal (STF) pela prática de caixa 2 em campanha eleitoral, expressou a visão distorcida do latifúndio atrasado de nosso país, que ignora a situação de exclusão social das mais de 4 milhões de famílias Sem Terra no Brasil”, diz nota oficial do MST.

Nas últimas duas décadas, 1,5 mil trabalhadores do campo foram mortos ao tentar conquistar o direito de ter terra para trabalhar e tirar o sustento de sua família. Não se pode esquecer também dos casos da religiosa Dorothy Stang, assassinada após depor na CPMI, e dos fiscais do Ministério do Trabalho mortos ao coletar dados sobre o trabalho escravo em Minas Gerais.

Até agora, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do governo federal, que prometia assentar 400 mil famílias, assentou apenas 45% desse total. No que depender da bancada ruralista, a situação tende a se agravar e se afastar cada vez mais das metas iniciais da reforma.

Trabalhadores na gestão de empresa em Igarassu



Gestão Trabalhadores em frente à empresa Fibracoco, em Igarassu (PE)

Há quatro meses sem receber salário e sem depósito de FGTS e INSS desde 2002, os 90 funcionários da empresa Fibracoco, em Igarassu (PE), resolveram tomar uma atitude: tomaram o controle da produção desde 22 de novembro. Um terço dos trabalhadores e trabalhadoras do local não tem carteira assinada e a luz da fábrica também é constantemente cortada por falta de pagamento.

Uma comissão formada pelos funcionários, pelo Sindicato dos Tecelões de Igarassu e pela Central Única dos Trabalhadores visitou diversos órgãos, como a Delegacia Regional do Trabalho, a Câmara dos Vereadores de Igarassu, o Ministério Público do Trabalho, a Prefeitura de Igarassu e a Assembléia Legislativa de Pernambuco, em busca de apoio.

Apesar de a Assembléia ter determinado, em audiência pública, que os patrões deveriam pagar os salários atrasados, nada aconteceu. Por isso, a comissão de trabalhadores assumiu a fábrica e vem contando com apoio de vários sindicatos. O Sintrajuf realizou uma campanha de arrecadação de alimentos na Justiça do Trabalho durante a greve, com boa participação dos servidores.

Os trabalhadores da Fibracoco necessitam desse apoio até que a produção seja comercializada e os lucros, repartidos entre todos. A diretoria do Sintrajuf defende que as fábricas ocupadas brasileiras passem pelo mesmo processo de estatização que ocorreu no país vizinho Venezuela, onde tal política reverteu em benefícios para a classe trabalhadora.



Famílias à espera Sem-terrinha em encontro do MST em São Paulo



Condsef batalha por reajuste

Apesar de algumas categorias de seus filiados terem sido contempladas com acordos salariais no decorrer do ano, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) continua lutando pelo reajuste dos 280 mil servidores que não obtiveram nenhum aumento. A reunião marcada para o dia 6 foi desmarcada pelo Ministério do Planejamento, sob a alegação de que a proposta não estava pronta.

Na segunda rodada de negociação, a Condsef apresentou uma contraproposta de concessão de

uma gratificação fixa, mantendo-se a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, nos seguintes valores: R\$ 650 para nível superior, R\$ 350 para nível intermediário e R\$ 250 para nível administrativo, com impacto financeiro de cerca de R\$ 1,3 bilhões por ano.

De acordo com a Sindsep-DF, servidores do Inca, Peritos Médicos, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, DNPM, DENIT, parte dos civis de Órgãos Militares, ABIN, ANVISA, AGU, Imprensa Nacional, Ministério do Meio Ambiente,

Ibama, servidores optantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho dos Ministérios da Saúde, Trabalho e Previdência, Ministério da Cultura e Fiocruz já receberam reajuste ou estão em via de receber.

Disparate – Enquanto os trabalhadores suam para receber seu merecido reajuste, metade dos gastos do orçamento de 2006 deve ir para dívida pública externa e interna. A informação é da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, segundo a qual devem ser gastos R\$ 835

bilhões para rolagem de parte da dívida pública, ou nada menos que 49,73% de todos os gastos previstos para 2006.

Mais uma vez, o governo prioriza beneficiar banqueiros e credores internacionais em vez de promover o desenvolvimento econômico e social necessário ao país. Para o reajuste dos servidores, não há verba. Para o aumento do salário mínimo, não tem dinheiro. No entanto, sempre há recurso para financiar a dívida, mesmo que isso signifique sacrificar até mesmo as necessidades básicas da população.



Câmara aprova novos cargos no TST

1.375 novos cargos no Tribunal Superior do Trabalho. Esses são os números do projeto de lei 5318/2005, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em 30 de novembro. O projeto, que cria 471 cargos de analista judiciário, 207 de técnico judiciário, 94 cargos em comissão e 603 funções comissionadas foi aprovado no Conselho Nacional de Justiça no dia anterior, juntamente com o PCS, e segue agora para o Senado Federal.

Segundo o TST, os novos cargos devem suprir a demanda ocasionada pelo incremento na composição do TST, que subiu de 17 para 27 integrantes, e pela criação do Conselho Superior de Justiça do Trabalho e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

Para o relator, deputado Jamil Murad (PCdoB-SP), a proposta é constitucional e atende às alterações introduzidas pela reforma do Judiciário, especialmente à ampliação das competências do órgão. Afinal, depois dessas modificações, a JT passou a julgar todas as ações trabalhistas, com exceção das causas de servidores públicos.

TRT: juízes querem quadro maior em gabinete

Na Justiça do Trabalho, foi formada uma comissão de juízes para estudar a possibilidade de diminuir a quantidade de CJs nos setores administrativos e aumentar um cargo de assessor em cada gabinete. A diretoria do Sintrajuf, no entanto, avalia que são as varas trabalhistas que precisam de mais atenção do tribunal. Assim, não se justifica tal medida, uma vez que ainda não houve a conclusão das ações saneadoras para o principal problema que traz prejuízo para os usuários: a grande concentração de trabalho na primeira instância.

TRE: reestruturação

O Tribunal Superior Eleitoral criou uma comissão para regulamentar a lei 11.202 de 29 de novembro de 2005, que criou 849 cargos de analista e 1.289 de técnico e extinguiu 32 cargos efetivos de auxiliar judiciário vagos e declarados em extinção, além de criar novas funções e extinguir outras.

Para o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, serão criados 44 cargos de analista e 26 de técnico, além de duas CJ-3, cinco CJ-2 e onze CJ-1. Serão criadas ainda 59 FC-6 e extintas 32 FC-5 e 7 FC-4. A comissão conta com representantes de vários estados para definir as normas de reestruturação.



Nova ação para devolução de IR e PSSS (11,98%)

O Sintrajuf ingressou, no último dia 30, com ações para devolução do imposto de renda e PSSS incidentes nos valores pagos a título de 11,98%. Confira abaixo o número dos processos, que se encontram conclusos ao juiz para despacho:

2005.83.00.016774-3 (5ª Vara Federal) (servidores da JF)
2005.83.00.016773-1 (5ª Vara Federal) (servidores do TRT)
2005.83.00.016772-0 (5ª Vara Federal) (servidores do TRE)
2005.83.00.016771-8 (5ª Vara Federal) (servidores da TRF)

FGTS

O processo 2000.83.00.020726-3 está com vista à Caixa Econômica Federal para apresentar os valores que considera devidos e, concomitantemente, efetuar o depósito dos mesmos. O sindicato poderá recorrer dos cálculos apresentados se os mesmos estiverem incorretos.

Quintos do TRT

O processo 2002.83.00.014403-1 teve decisão em segundo grau no dia 4 de outubro, com publicação do acórdão no dia 20, data em que se iniciou a contagem do prazo para as partes recorrerem da decisão ao Superior Tribunal de Justiça. A União entrou com embargos declaratórios durante esse prazo, rediscutindo o mérito da ação.

O sindicato apresentou contra-razões aos embargos em

9 de dezembro. O processo segue agora para o relator e posterior julgamento dos embargos de declaração. Após a publicação da decisão dos embargos, inicia-se novamente o prazo para apresentação de recurso especial ao STJ.

Quintos do TRE

O processo 2002.83.00.014405-5 teve decisão em segundo grau no dia 4 de outubro, com publicação do acórdão no dia 20, data em que se iniciou a contagem do prazo para as partes recorrerem da decisão ao Superior Tribunal de Justiça. Passado esse prazo, as partes apresentaram recurso especial e foram citadas, em 7 de dezembro, para apresentar contra-razões. Logo em seguida, caso seja reconhecida a admissibilidade dos recursos, o processo será encaminhado ao STJ.

Ação dos auxiliares do TRT tem êxito no TRF

Mais uma decisão judicial favorável aos servidores do TRT: os Auxiliares Operacionais de Serviços Diversos, que deveriam passar a integrar o anexo X da lei 7.995/90, de acordo com a lei 8.460/92, mas não foram integrados pelo TRT, obtiveram decisão favorável no recurso interposto junto ao TRF.

A primeira turma do TRF 5ª Região, por unanimidade, reconheceu o direito dos servidores que fazem parte do processo impetrado pelo sindicato. Ainda cabe recurso da decisão. Por isso, é necessário aguardar o julgamento final, se houver remessa para instância superior.



De: PI (TRT) | **Para:** RN, PB, PE ou AL (TRF ou TRT)
Nome: Kleiton Gonçalves
Cargo: analista judiciário (oficial de justiça)
Telefone: (86) 9927-1880
E-mail: kleiton.alves@bol.com.br

De: Caruaru (24ª Vara Federal) | **Para:** Recife (RMR)
Nome: José Airton Ferreira dos Santos
Cargo: técnico judiciário
Telefones: 9918.8651 ou 3499.2729
E-mail: j.airto@ig.com.br

De: RN | **Para:** PE ou PB
Nome: Bettina Lacerda Caldas Barroso
Cargo: analista judiciária
Telefones: (84) 3314-0333 ou (81) 9194-3624
E-mail: bettina@trt21.gov.br

De: RJ | **Para:** Nordeste
Nome: Daniela Assis
Cargo: analista judiciária
Telefone: 9446-5868
E-mail: dany.assis@ibest.com.br

De: Petrolina (PE) | **Para:** CE ou PB
Nome: Daniel Carneiro Moreira da Franca
Cargo: técnico judiciário
Telefone: (83) 9322-8832 ou (87) 3862-9177
E-mail: danielmeirafranca@hotmail.com

De: RN (JF) | **Para:** BA (TRT ou TRE)
Nome: Anna Patricia Granjeiro
Cargo: analista judiciária
Telefone: (84) 9481-7677, 3235-7520 ou 3218-1457
E-mail: annapatricia@jfrn.gov.br



sintrajufpe.org.br

internet» Mais pedidos de permuta